

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.891 - SC (2019/0256698-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA - RJ130532**  
**FELIPE MENDONÇA TERRA - RJ179757**  
**MARIANA MORO DA SILVA - SC046401**  
**JOÃO VÍTOR BARROS DE CARVALHO - DF059152**  
**AGRAVADO** : **NUCLEO DE TERAPIA FISICA LTDA**  
**ADVOGADO** : **FRANCISCO VAGNER BARON E OUTRO(S) - SC027312**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. FORNECIMENTO DE DADOS DE PROVEDOR DE *INTERNET*. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA COMINATÓRIA. APLICAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto pela GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 365-367) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fls. 281-282):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. OBTENÇÃO DE DADOS DA INTERNET RELATIVOS A REDE SOCIAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSOS DA AUTORA E RÉ. ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA RÉ. PLEITO DE EXCLUSÃO DO DEVER DE INDENIZAR E INSURGÊNCIA QUANTO AO PERÍODO DE ARMAZENAMENTO DOS DADOS. NÃO CONHECIMENTO DO APELO. EVIDENTE AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. MÉRITO. RECURSO DA AUTORA. OBTENÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DE USUÁRIO. DESNECESSIDADE. DETERMINAÇÃO NO JULGADO DE FORNECIMENTO DO IP (PROTOCOLO DE INTERNET) QUE SATISFAZ A EXIGÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ASTREINTES. RECURSO DA RÉ. ALEGADA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 372 DO SUPERIOR TRIBUNAL ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO DA AUTORA. PRETENSA INVERSÃO. DESCABIMENTO.

FEITO NÃO CONTESTADO. RÉ QUE NÃO SE RECUSOU A FORNECER OS DADOS DOCUMENTADOS EXIGIDOS, DESDE QUE MEDIANTE ORDEM JUDICIAL EM RAZÃO DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES! NEGATIVA ADMINISTRATIVA INJUSTIFICADA NÃO \DEMONSTRADA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

"Em ação cautelar de exibição, não se demonstrando a recusa injustificada da parte demandada, laliado ao fato de não haver pedido administrativo,' nem opor resistência à pretensão autoral quando acionada judicialmente, torna-se inviável a sua condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência, em atenção ao princípio da causalidade" (Apelação Cível n. 2013.073828-8, de Lagés,. desta Câmara, rel. Des. João Batista Góes Ulysséa, j. 15-5-2014).

RECURSO DA AUTORA CONHECIDO; E DESPROVIDO.

APELO DA RÉ CONHECIDO EM PARTE É DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 317):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NÃO ACOLHIMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DO JULGADO DESCABIDA. EVENTUAL ERROR IN JUDICANDO QUE DEVE SER VEICULADO NA VIA PRÓPRIA. ACÓRDÃO PRESERVADO.

"Os embargos de declaração somente se prestam a corrigir error in procedendo e possuem fundamentação vinculada, dessa forma, para seu cabimento, imprescindível a demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art.

1.022 do Código de Processo Civil/2015. Portanto, a mera irresignação com o resultado de julgamento, visando, assim, a reversão do julgado, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios." (STJ EDCI no AgRg no REsp 1233330/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 16/03/2017).

"Não há vícios por omissão quando o acórdão recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes." (STJ - AgInt no AREsp 1202662/SP, Rel.' Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/05/2018).

EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 537 do CPC/2015 e 884 do CC/2002.

Defendeu não ser possível, em ação cautelar de exibição de documentos, a

fixação de multa cominatória.

Apreciada a admissibilidade do apelo excepcional, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 365-367).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 370-378).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões do presente recurso, a agravante alega ter cumprido com todos os requisitos exigidos para conhecimento e julgamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No apelo excepcional, a recorrente defendeu a tese da inaplicabilidade de multa em ação de exibição de documento.

O Tribunal de origem, examinando o tema, assim se manifestou (e-STJ, fls. 289-291):

### 3 ASTREINTES

Por outro lado, a ré sustenta ser inaplicável a cominação de pena de multa por descumprimento de ordem judicial em ação cautelar de exibição de documentos, nos termos da Súmula 372 do Superior Tribunal de Justiça.

Novamente, sem razão.

Isso porque a informação/dados documentados requerida(os) na inicial desta cautelar gera a obrigação de fazer por parte da ré e viabiliza, em tese, o ajuizamento de ação contra também terceiros, de modo que a inércia prejudica eventual direito da autora e não pode conduzir à presunção de veracidade do fato, conforme dispõe o art. 359, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973,

consoante os seguintes precedentes:

[...]

Ademais, eventual busca e apreensão, rios moldes do art. 362 do Código de Processo Civil de 1973, do dado constante dos servidores da ré afigura-se-ia inviável/impraticável.

[...]

Por isso, a astreinte constitui meio idôneo de forçar a prática da obrigação de fazer imposta na sentença e não se aplica o referido verbete sumular ao caso em concreto.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual entendeu ser cabível a aplicação de multa na ação de exibição de documentos, a fim de compelir a recorrente a entregar documentação referente aos registros de IPs necessários para a aferição da responsabilidade por ato ilícito praticado em rede social.

De fato, nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, não se mostra cabível a fixação de multa cominatória na ação cautelar de exibição de documentos.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. ASTREINTES. DESCABIMENTO. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. "Descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível." 1.2. "A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada." 2. Caso concreto: Exclusão das astreintes.

3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1333988/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 11/04/2014)

Esse posicionamento foi, inclusive, sumulado no enunciado da Súmula 372/STJ, abaixo transcrita:

Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória.

(Súmula 372, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2009, DJe 30/03/2009)

Todavia, não obstante a tese firmada nos precentes acima mencionados, a jurisprudência desta Corte de Uniformização tem entendido que, nos casos em que a ação de exibição de documentos tiver como pedido a apresentação de dados de provedor de *internet*, fica configurada a preponderância da obrigação de fazer e, portanto, a possibilidade de cominação de multa para compelir a parte cumprir com a obrigação imposta.

A esse respeito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA AJUIZADA EM FACE DE PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET. ORDEM JUDICIAL PARA FORNECIMENTO DE DADOS VISANDO À IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO (TERCEIRO), DE MODO A VIABILIZAR FUTURA AÇÃO INDENIZATÓRIA. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. SÚMULA 372/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. A multa cominatória (também chamada de astreintes, multa coercitiva ou multa diária) é penalidade pecuniária que caracteriza medida executiva de coerção indireta, pois seu único escopo é compelir o devedor a realizar a obrigação de fazer ou a não realizar determinado comportamento.

Cuida-se de uma medida atípica de apoio à decisão judicial, de caráter meramente persuasório e instrumental, não caracterizando um fim em si mesmo.

2. No que diz respeito à obrigação de fazer, seu objeto consiste na adoção de comportamento ativo que não se destina preponderantemente a transferir a posse ou titularidade de coisa ou soma ao titular do direito. Para sua constatação, é necessário investigar, dentre os diversos aspectos da prestação (fazer, entregar, pagar), em qual deles reside o núcleo do interesse objetivo.

3. Na hipótese dos autos, verifica-se que a pretensão cautelar reside no fornecimento de dados para identificação de suposto ofensor da imagem da sociedade de economia federal e de seus dirigentes. Assim, evidencia-se a preponderância da obrigação de fazer, consistente no ato de identificação do usuário do serviço de internet.

4. Tal obrigação, certificada mediante decisão judicial, não se confunde com a pretensão cautelar de exibição de documento, a qual era regulada pelo artigo 844 do CPC de 1973. Isso porque os autores da cautelar inominada não buscaram a exibição de um documento específico, mas, sim, o fornecimento de informações aptas a identificação do tomador do serviço prestado pela requerida, sendo certo que, desde 2009, já havia recomendação do Comitê Gestor de Internet no Brasil no sentido de que os provedores de acesso mantivessem, por um prazo mínimo de três anos, os dados de conexão e comunicação realizadas por meio de seus equipamentos.

5. Além do mais, as sanções processuais aplicáveis à recusa de exibição de documento - presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor e busca e apreensão (artigos 359 e 362 do CPC de 1973) -,

revelam-se evidentemente inócuas na espécie. É que os fatos narrados na inicial - a serem oportunamente examinados em ação própria - dizem respeito a terceiro (o usuário a ser identificado pela requerida), inexistindo, outrossim, documento a ser objeto de busca e apreensão, pois o fornecimento das informações pleiteadas pelas supostas vítimas reclama, tão somente, pesquisa no sistema informatizado da ré.

6. As citadas peculiaridades, extraídas do caso concreto, constituem distinguishing apto a afastar a incidência do entendimento plasmado na Súmula 372/STJ ("na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória") e reafirmado no Recurso Especial repetitivo 1.333.988/SP ("descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível").

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1560976/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 01/07/2019)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). INTERNET. DEMANDA ANTERIOR AO MARCO CIVIL (LEI Nº 12.965/2014). AÇÃO COMINATÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE DADOS CADASTRais DE USUÁRIO DE PROVEDOR DE ACESSO. DEVER DE ARMAZENAMENTO. POSSIBILIDADE FÁTICA E JURÍDICA DO PEDIDO. JULGADOS DESTA CORTE SUPERIOR. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO.

1. Controvérsia acerca da obrigação de empresa de acesso à internet fornecer, a partir do endereço de IP ("Internet Protocol"), os dados cadastrais de usuário autor de ato ilícito, em data anterior à Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

2. Reconhecimento pela jurisprudência de um dever jurídico dos provedores de acesso de armazenar dados cadastrais de seus usuários durante o prazo de prescrição de eventual ação de reparação civil.

Julgados desta Corte Superior. 3. Descabimento da alegação de impossibilidade fática ou jurídica do fornecimento de dados cadastrais a partir da identificação do IP. Julgados desta Corte Superior.

4. Considerações específicas acerca da aplicabilidade dessa orientação ao IP dinâmico consistente naquele não atribuído privativamente a um único dispositivo (IP fixo), mas compartilhado por diversos usuários do provedor de acesso.

5. Cabimento da aplicação de astreintes para o caso de descumprimento da ordem. Julgado específico desta Corte.

6. Incidência do óbice da Súmula 284/STF no que tange à alegação de ausência de culpa ou dolo.

7. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1622483/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

Logo, constata-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal estadual

# *Superior Tribunal de Justiça*

encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, incidindo a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator